Projeto de Lei nº 4687, de 2020

Iniciativa: Senador Romário (PODEMOS/RJ)

Ementa:

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para dispor sobre o reconhecimento de pessoas com doenças mentais como pessoas com deficiência.

Explicação da Ementa:

Determina que as pessoas com doença mental serão consideradas pessoas com deficiência para todos os fins legais, mediante avaliação interdisciplinar que considerará, necessariamente, os aspectos sociais e de saúde mental.

Assunto: Política Social - Proteção Social

Data de Leitura: 22/09/2020

Em tramitação

Decisão: -

Destino: -

Último local: 19/11/2021 - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Último estado: 23/06/2025 - MATÉRIA COM A RELATORIA

Relatoria atual: Relator: Senadora Mara Gabrilli

Matérias Relacionadas:

Requerimento nº 445 de 2024

Despacho:

18/11/2021

Decisão da Presidência

Análise - Tramitação sucessiva, Instrução da matéria

(SF-CDH) Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Relatoria:

CDH - (Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa)

Relator(es):

Senador Paulo Paim (encerrado em 21/12/2022 - Fim de Legislatura)

Senador Paulo Paim (encerrado em 19/02/2025 - Redistribuição)

Senador Flávio Arns (encerrado em 05/05/2025 - Redistribuição)

Senadora Mara Gabrilli

TRAMITAÇÃO

23/06/2025 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Redistribuído à Senadora Mara Gabrilli, para emitir relatório.

05/05/2025 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Projeto de Lei nº 4687, de 2020

TRAMITAÇÃO

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Devolvido pelo Senador Flávio Arns, para redistribuição.

30/04/2025 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Redistribuído ao Senador Flávio Arns, para emitir relatório.

19/02/2025 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Devolvido pelo Senador Paulo Paim, para redistribuição.

14/03/2023 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Avocada a relatoria pelo Presidente da Comissão, Senador Paulo Paim (art. 129 do RISF).

02/02/2023 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Matéria aguardando distribuição

21/12/2022 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Ação: A proposição continua a tramitar, nos termos do art. 332 do Regimento Interno.

17/03/2022 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Distribuído ao Senador Paulo Paim, para emitir relatório.

29/11/2021 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Não foram recebidas emendas no prazo regimental.
Matéria aguardando distribuição.

19/11/2021 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Ação: Recebido na CDH.
Prazo para recebimento de emendas:
Primeiro dia: 22/11/2021;
Último dia: 26/11/2021.

Projeto de Lei nº 4687, de 2020

TRAMITAÇÃO

18/11/2021 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Ação: Prazo: Apresentação de Emendas a projeto terminativo em Comissão (Art. 122, II, "c", do RISF). De 22/11/2021 a 26/11/2021. Perante a CDH.

18/11/2021 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: A matéria vai à CDH, em decisão terminativa, cabendo apresentação de emendas perante a Comissão pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, "c", do Regimento Interno.

Publicado no DSF Páginas 133 - DSF nº 190

22/09/2020 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Encaminhado à publicação, em 22/09/2020.

Publicado no DSF Páginas 361-364 - DSF nº 132

DOCUMENTOS

PL 4687/2020

Data: 22/09/2020

Autor: Senador Romário (PODEMOS/RJ)

Local: Plenário do Senado Federal

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para dispor sobre o reconhecimento de pessoas com doenças mentais como pessoas com deficiência.

Avulso inicial da matéria

Data: 22/09/2020

Autor: Senado Federal

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: Encaminhado à publicação, em 22/09/2020.

Descrição/Ementa: -